



Ata aprovada em reunião no dia 25 de abril de 2018

ATA - 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-DOCE

1
2 No dia 07 de dezembro de 2017 (quinta-feira), às 09h00, teve início a 35ª Reunião
3 Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-Doce, no Auditório A -
4 Univale Campus II, situado na Rua Israel Pinheiro, Nº 2000 – Universitário, em Governador
5 Valadares/MG. Dando início à reunião, o Sr. João Lages, secretário executivo,
6 cumprimentou a todos e confirmou a existência de quórum. Com a palavra, a Srta.
7 Luciane Teixeira, presidente do CBH-Doce, deu as boas-vindas aos presentes e falou
8 sobre os desafios existentes para a nova diretoria, como a revisão do PIRH, dentre outros.
9 Em seguida, informou sobre o Seminário sobre Qualidade da Água do Rio Doce: Controle
10 e Vigilância após o desastre, que estava sendo realizado no mesmo horário nos auditórios
11 B e C do campus II da Univale. Explicou que infelizmente o evento não pôde ser adiado e
12 que a Sra. Regina Pimenta, Analista Ambiental da Gerência de Monitoramento do IGAM,
13 realizará neste evento a mesma apresentação que seria feita na plenária do CBH-Doce.
14 Dessa forma, questionou se os membros concordariam em adiantar a reunião para
15 terminar até o horário do almoço, sendo que os conselheiros assistiriam a apresentação
16 no seminário durante a parte da tarde, o que foi aprovado pela plenária. Ato contínuo, o
17 Sr. João Lages colocou em regime de votação as atas da 32ª, 33ª e 34ª reuniões
18 extraordinárias. O Sr. Senisi Rocha, do Lions Clube Manhauçu Flor de Manacá, solicitou
19 que a aprovação dos documentos fosse protelada, pois não teve tempo hábil de ler. O
20 secretário executivo colocou em votação a proposta do Senisi, que não foi acatada.
21 Dessa forma, os documentos foram aprovados pela plenária, com três votos contra.
22 Prosseguindo, o Sr. Leonardo Deptulski, da CONDOESTE, solicitou a inclusão de ponto de
23 pauta referente à avaliação do processo eleitoral. A presidente colocou a proposta em
24 votação, que não foi aprovada, sendo que o assunto será colocado na pauta da
25 próxima reunião, prevista para fevereiro. Dando continuidade, a Srta. Luciane passou aos
26 informes da diretoria. Ela falou sobre as reuniões e eventos que contaram com a
27 participação dos membros da diretoria, sendo: Reunião com o promotor Leonardo
28 Castro Maia, no dia 16/11; Participação no Programa Aliança Estratégica, desenvolvido
29 pela Sedectes, no dia 28/11; III Encontro Internacional de Revitalização de Rios, entre os
30 dias 28 e 30/11. Além disso, falou sobre o programa de recuperação de nascentes no
31 ano de 2017, nas áreas do CBH-Piranga, CBH-Suaçuí e CBH-Pontões e Lagoas do rio
32 Doce, a ser desenvolvido pela Fundação Renova, conforme previsto no TTAC. Por fim,
33 falou sobre as reuniões realizadas com os Krenak e FUNAI, para início da discussão sobre
34 a recuperação de nascentes naquela área. Prosseguindo para os comunicados dos

Ata aprovada em reunião no dia 25 de abril de 2018

35 conselheiros, o Sr. Iusifith Chafith parabenizou o CBH-Caratinga pela comemoração do
36 Dia do Rio, em 24 de novembro. Informou que esteve presente no Fórum Mineiro e
37 criticou o atraso no repasse dos recursos dos comitês. Em seguida, solicitou que o CBH-
38 Doce faça uma nota com relação à destruição das cidades pela chuva na área do
39 CBH-Piranga, Caratinga, Urucânia, devido à degradação que os municípios fazem com
40 loteamentos sem licenciamento, ações de desmatamento, etc. Desaprovou também o
41 professor Carlos Guerra que criticou o CBH-Doce durante palestra realizada na Univale e
42 solicitou que alguma providência fosse tomada. Por fim, solicitou a ata do comitê que
43 aprovou a unificação da logomarca do IBIO sem o AGB Doce. Com a palavra, o Sr.
44 Leonardo Deptulski falou sobre o encontro de entidades gestoras de recursos hídricos em
45 reunião do Fórum Nacional de Órgãos Gestores durante o ENCOB, na qual foi feita uma
46 avaliação negativa com relação ao uso de critérios diferentes de outorga em MG e ES,
47 que precisam ser reavaliados. Informou que foi eleito como coordenador do Fórum
48 Nacional de Órgãos Gestores e que está trabalhando em maneiras de diminuir os custos
49 para realizar reuniões periódicas com importantes discussões técnicas. Ele propôs que o
50 CBH-Doce coloque em pauta discussões sobre o sistema de gerenciamento de recursos
51 hídricos com foco no cadastro, outorga e cobrança. Tendo em vista que a AGERH possui
52 cadeira no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, se colocou à disposição para levar
53 as demandas do comitê para este órgão. O Sr. Fabiano Rangel, da Leão Alimentos e
54 Bebidas, ressaltou que o enquadramento deve ser discutido e que está ausente em
55 muitas discussões. O Sr. Sebastião Thomás, da Cenibra, informou sobre a parceria
56 realizada entre a Cenibra, Emater, IEF, Prefeitura de Peçanha e os produtores rurais para
57 desenvolvimento de projeto de proteção de nascentes na cabeceira do rio Suaçuí
58 Pequeno. O Sr. Luiz Cláudio Figueiredo, da VALE, informou que o cadastro está previsto
59 no PAP e que é fundamental ficar atento a isso. Outro ponto foi a questão da outorga.
60 Ele disse que a regra para sua concessão é muito restritiva, a demora na análise dos
61 processos acontece pela falta de contingente, mas a regra existe e é cumprida pelo
62 Estado. O Sr. Wyllian Melo, do IGAM, informou que a análise da outorga está
63 acontecendo de forma lenta, mas o que é analisado tecnicamente não é cartorial,
64 sendo seguidos dados científicos consistentes e oficiais, não podendo levar em
65 considerações as vazões atuais que ainda não foram consistidas pela ANA. Com a
66 palavra, o Sr. Leonardo ressaltou que o debate é necessário e informou que a solução
67 não é usar um modelo cartesiano para conceder ou negar a outorga, mas sim estudar
68 outro modelo. Ato contínuo, o Sr. Senisi solicitou coerência do conselheiro Chafith, que

Ata aprovada em reunião no dia 25 de abril de 2018

69 tem levado questões internas do comitê para outros eventos, constrangendo os demais
70 conselheiros. Pediu também que fosse revista a decisão de custear os conselheiros que
71 participam das reuniões do CBH-Doce com recursos dos comitês afluentes do qual fazem
72 parte, o que sacrifica os CBHs que não possuem recursos. Por fim, solicitou que as cédulas
73 de votação fossem distribuídas para agilizar as deliberações do comitê. Dando
74 continuidade à pauta, o Sr. Leonardo Castro Maia, Coordenador Regional das
75 Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia do Rio Doce, iniciou os informes sobre
76 as “Atividades da Força Tarefa do Ministério Público Federal e dos Estados de Minas
77 Gerais e Espírito Santo para reparação e compensação dos impactos socioambientais e
78 socioeconômicos decorrentes do rompimento da barragem da SAMARCO em
79 Mariana/MG”. Disse que os diversos ramos do MP (MP dos Estados, MPF e Ministério
80 Público do Trabalho) estão atuando em conjunto neste caso, em razão da sua
81 complexidade. Desde que foi firmado o TTAC, que não contou com a participação do
82 MP, o órgão segue negociando questões pontuais e locais, como o abastecimento de
83 água em Gov. Valadares e Colatina e questões específicas relacionadas às
84 comunidades. Um dos principais questionamentos foi com relação ao déficit de
85 participação social, inclusive do comitê e de pessoas diretamente atingidas. Por fim, se
86 colocou à disposição para sanar outras dúvidas. Ato contínuo, aproveitou para fazer um
87 informe sobre o contingenciamento dos recursos da cobrança pelo Estado de MG. Disse
88 que o MPMG ajuizou uma ação civil pública, que tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública
89 em Belo Horizonte e foi movimentada a partir da provocação dos comitês de bacia
90 estaduais. Disse ainda que, independentemente dessa postura, a intenção é realizar no
91 início de janeiro uma reunião com a nova diretora do IGAM e também com os órgãos do
92 Estado para tratar dessas questões que são da maior importância para o funcionamento
93 dos CBHs. Com a palavra, a Srta. Luciane ressaltou que o comitê participa do plenário e
94 das câmaras técnicas do CIF, bem como do Conselho Curador e Conselho Consultivo da
95 Fundação Renova, mas há a necessidade do comitê se reunir e discutir melhor o que é
96 levado e trazido de demandas para essas reuniões. Posto isso, demonstrou sua
97 preocupação com relação à criação de outros fóruns de discussão e outras
98 governanças, tendo em vista a existência dos comitês. O Sr. Leonardo Maia respondeu
99 que uma vez verificado o déficit social, essa foi uma forma que o MP e outras empresas
100 entenderam necessária para chegar a um ajuste. Ressaltou que o termo comitê não será
101 utilizado, tendo em vista que já existem os comitês de bacia, mas sim o termo “comissão
102 de atingidos”. Assim como os comitês tem o objetivo de discutir outorga,

Ata aprovada em reunião no dia 25 de abril de 2018

103 enquadramento, etc., os atingidos discutirão questões específicas relacionadas a cada
104 território, mas destacou a importância da participação dos CBHs também nessa
105 negociação. Foi realizada uma pausa para o almoço ao término da apresentação.
106 Retornando, a Srta. Luciane iniciou uma breve apresentação sobre a competência e
107 estruturas do CBH-Doce. Falou sobre a missão, visão e valores do CBH, criado a partir de
108 Decreto Presidencial no dia 25/01/2002. Em seguida, informou sobre sua composição por
109 60 membros (titulares) e 60 membros (suplentes) e solicitou que o Estado do ES
110 encaminhe as indicações que faltam. Ato contínuo, explicou sobre a estrutura, composta
111 pela plenária, diretoria executiva, diretoria colegiada e câmaras técnicas. Ressaltou que
112 a ideia da integração surgiu em 2013, reunindo 06 comitês da porção mineira e 05 da
113 porção capixaba da bacia. Ao final, o Sr. Chafith sugeriu que seja feita uma
114 capacitação para os novos membros. A presidente respondeu que essa ideia já foi
115 discutida pela diretoria e será implementada, ressaltando que não só o CBH-Doce, mas
116 os afluentes também precisam ser capacitados. Dando continuidade, a Srta. Luísa
117 Cardoso, Coordenadora do setor de Programas e Projetos do IBIO, iniciou sua
118 apresentação sobre a implementação dos Programas do PIRH/PARHs na bacia do rio
119 Doce. Fez um breve resumo sobre o PAP 2016-2020 com as metas, programas e ações
120 priorizadas, sendo que o Programa de Saneamento juntamente com o Rio Vivo
121 representam 80% dos recursos do plano que serão utilizados. Em seguida, apresentou os
122 mapas com os municípios contemplados com diversos programas: Programa de
123 Universalização do Saneamento (P41), Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água
124 na Agricultura (P22), Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52) e Rio Vivo.
125 Por fim, apresentou os estudos já em andamento, previstos no Plano de Trabalho
126 Específico do 2º Termo Aditivo do Contrato de Gestão 072/ANA/2011, sendo a
127 atualização do Atlas Brasil e serviços de Topobatimetria. Com a palavra, o Sr. Leonardo
128 Deptulski sugeriu que os comitês reavaliem a alocação dos recursos no PAP,
129 especialmente os CBHs do médio e baixo Doce, cujas necessidades estão longe de
130 serem atendidas. A Srta. Luciane ressaltou que a execução dos programas apresentados
131 foi aprovada pela plenária de cada comitê. Ele propôs que os comitês que já discutiram
132 mantenham a decisão, mas aqueles que ainda não discutiram deverão discutir e propor
133 alterações para discussão no plenário do CBH-Doce. Com a palavra, o Sr. Paulo Amaral,
134 da prefeitura de Coronel Fabriciano, solicitou que seja discutida em uma próxima reunião
135 a criação dos subcomitês de bacia. Como encaminhamento, foi definido que os comitês
136 deverão analisar e encaminhar suas propostas de alteração do PAP até o final de março.

Ata aprovada em reunião no dia 25 de abril de 2018

137 Prosseguindo, o Sr. João Lages fez a leitura da DN do CBH-Doce nº 01/2003, que
138 estabelece diretrizes para formação, organização e funcionamento das Câmaras
139 Técnicas do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – CBH-Doce. Ele sugeriu que,
140 caso mais de 15 membros possuam interesse em participar de alguma CT, seja utilizado o
141 critério de paritariedade, ou seja, serão 5 membros de cada segmento e os demais serão
142 convidados. Após a leitura das competências de cada CT, as indicações ficaram como
143 segue: 1) Câmara Técnica Institucional e Legal/CTIL: Prefeitura de Itabira/MG, ASPEA,
144 Condoeste, Secretaria de Estado da Saúde – MG, ABES, Instituto Terra, Cenibra, Vale,
145 Sindicato Rural De Ipaba, IGAM, Prefeitura de Governador Valadares/MG, FIEMG,
146 Prefeitura de Alto Caparaó/MG e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário –
147 SEDA; 2) Câmara Técnica de Capacitação e Informação/CTCI: Lions Clube Manhauçu
148 Flor de Macaná – MG; Secretaria de Estado da Saúde – MG, APA Vale do Piranga, ABES,
149 Instituto de Autodesenvolvimento - IAD – MG, ASPEA, IGAM, Instituto Rio Piracicaba,
150 Prefeitura de Frei Inocêncio/MG, Prefeitura de Marilândia/ES, Companhia Espírito
151 Santense de Saneamento – Cesan, Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG, Prefeitura de
152 Governador Valadares/MG, Prefeitura de Belo Oriente/MG e Sindicato dos Trabalhadores
153 Rurais de Ipaba; 3) Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos/CTGEC: Instituto de
154 Autodesenvolvimento - IAD – MG, Associação dos Agricultores Familiares do Córrego
155 Guarani, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipaba, IGAM, Cenibra, Instituto Brasileiro
156 De Mineração – IBRAM, Prefeitura de Santana do Paraíso/MG, Associação Crer de Belo
157 Oriente, Consórcio Usina Hidrelétrica de Baguari, Cemig, Instituto Federal de Minas Gerais
158 – IFMG, Universidade Vale do Rio Doce – Univale, Prefeitura de Governador
159 Valadares/MG, AGERH e Secretaria de Estado da Saúde – MG (vai indicar outro
160 representante); 4) Câmara Técnica de Integração: Poder Público – Prefeitura de Nova
161 Era, Usuários – FIEMG e Sociedade Civil – Sindicato Metabase de Itabira. Ato contínuo,
162 antes da escolha dos representantes do CBH-Doce para as Câmaras Técnicas, Conselho
163 Consultivo, Conselho Curador e Plenário do CIF, o Sr. Leonardo recorreu à questão de
164 ordem e solicitou que a plenária avaliasse primeiramente o trabalho realizado pelos
165 membros indicados anteriormente para as estruturas do CIF e Renova, antes de substituí-
166 los por outros. Citou o que aconteceu com o Sr. Carlos Eduardo, membro escolhido como
167 representante do CBH-Doce no FNCBH, que não pôde votar durante a reunião da
168 Assembleia Geral Ordinária do FNCBH realizada no ENCOB, pois segundo mensagem da
169 presidente, o Sr. Renaldo Lino é quem representaria o comitê na votação. Ele informou
170 que a diretoria não tinha poderes para destituir o Carlos Eduardo e nomear o Renaldo.

Ata aprovada em reunião no dia 25 de abril de 2018

171 Outro episódio narrado foi com relação à sua participação no CIF. Ao ligar para o IBIO
172 solicitando a compra das passagens aéreas, ele foi informado de que as passagens já
173 haviam sido compradas para o Sr. Flamínio Guerra participar da reunião. Disse que não
174 havia problema, desde que ele também fosse, já que era o membro escolhido pela
175 plenária. Em seguida, foi concedida a autorização para sua viagem. Ressaltou ainda a
176 importância de discutir na próxima plenária a má condução e as falhas desse processo
177 eleitoral, bem como sua proposta de mudança do sistema de chapas da eleição,
178 informando que não mais representará o comitê no CIF. Com a palavra, a presidente
179 explicou que, durante o ENCOB, o Coordenador Geral do FNCBH encaminhou ofício ao
180 comitê solicitando indicação de representante para composição da Assembleia Geral
181 do FNCBH. Ela foi informada da necessidade de indicação e verificou quais membros do
182 comitê estavam no evento. Após ser informada pelo IBIO de que o Sr. Carlos Eduardo
183 votaria pelo CBH-Piranga, a diretoria executiva avaliou os demais membros e indicou o
184 Sr. Renaldo Lino. Portanto, disse que não houve intenção de destituir ninguém e informou
185 que da próxima vez a indicação será feita em plenária. Com relação ao Leonardo,
186 informou que durante a reunião da diretoria no dia 16/11, foi definido que enquanto não
187 fosse feita nova reunião plenária, o Sr. Leonardo seria mantido como representante do
188 CIF, mas o Flamínio e a Dolores também participariam. Ela solicitou que o IBIO informasse
189 à diretoria sobre sua solicitação de viagem apenas para fins de conhecimento, se
190 desculpando pelo desentendimento. Com a palavra, o Sr. Renaldo Lino, dos Krenak,
191 informou que o próprio Carlos Eduardo o informou de que não poderia participar da
192 assembleia devido a outro compromisso e por isso aceitou representar o comitê no
193 ENCOB. Por fim, a Srta. Juliana Vilela, Analista Administrativo do IBIO, esclareceu que o Sr.
194 Carlos Eduardo era de fato o indicado pelo CBH-Doce para participar da Assembleia. Ela
195 o telefonou e fez um alerta de que as duas pessoas que estavam com ele no ENCOB não
196 eram membros do CBH-Piranga, pois ainda não tomaram posse. Dessa forma, conforme
197 regra do FNCBH, eles não estariam aptos a votar. Assim, ele se colocou à disposição para
198 representar o CBH-Piranga e foi solicitada à representante legal, no caso a presidente do
199 CBH-Doce, a indicação do Sr. Renaldo Lino. Com a palavra, o Sr. Senisi informou que
200 alguns membros se reuniram a ele (Ronevon, Carlos Eduardo e Leonardo Depstulski) para
201 a elaboração de um ofício, que foi lido para a plenária, com os dizeres: “Senhores
202 diretores, considerando a inflexibilidade demonstrada pelos novos diretores durante o
203 processo eleitoral do CBH-Doce; Considerando a enorme resistência apresentada por
204 membros da diretoria em dialogar e discutir questões relevantes e fundamentais para o

Ata aprovada em reunião no dia 25 de abril de 2018

205 futuro da nossa instituição presente; Considerando a postura arrogante e prepotente de
206 determinados diretores, evitando a integração e a harmonização de interesse dos
207 comitês da bacia do rio Doce, chegando a apelações pejorativas e até de graves
208 acusações degradantes de comitês do Alto; Considerando este péssimo contexto atual,
209 ficam evidentes as possíveis dificuldades que poderemos ter em continuar com os
210 processos envolvendo a Fundação Renova, o Comitê Interfederativo e as suas câmaras
211 técnicas; Considerando que as representações nas instâncias citadas dependerão de
212 um bom trânsito e envolvimento com a nova diretoria para facilitar o desempenho das
213 atividades e o fluxo das informações em prol da revitalização do rio Doce e com o intuito
214 de não prejudicar nosso importante e renomado Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio
215 Doce; Considerando o gesto arbitrário desse capítulo, que foi um entendimento que nós
216 tivemos da indicação de outra pessoa, que não o Cadu para representar o CBH-Doce no
217 ENCOB. Comunicamos que colocamos à disposição da assembleia do CBH-Doce,
218 instância que tem a prerrogativa da instalação e destituição de membros, em qualquer
219 atuação, as funções por nós ocupadas para a escolha de membros com alinhamento
220 da postura e propósitos da nova diretoria." Com a palavra, a Srta. Luciane informou que
221 a pauta foi criada para que todos tivessem transparência das representações do CBH-
222 Doce nas diversas instâncias, sendo que há possibilidade de recondução dos membros.
223 Finalizou dizendo que não houve intenção de descartar nenhum conselheiro indicado
224 anteriormente. Questionou à plenária se as indicações deveriam ser retiradas ou
225 mantidas na pauta, sendo que a maioria aprovou a manutenção das recomposições.
226 Dessa forma, após a leitura da DN nº 07/2016 do CIF que institui as CTs, as indicações
227 ficaram como segue: 1) Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da água/
228 CT-SHQA: Titular – Sindicato Rural de Ipaba e Suplente – SAAE de Linhares; 2) Câmara
229 Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental/ CT-REJEITOS: Titular – ASPEA e
230 Suplente - Instituto Piracicaba; 3) Câmara Técnica de Restauração Florestal e Produção
231 de Água / CT-FLOR: Titular – ARDOCE e Suplente – ASPEA; 4) Plenário do Comitê
232 Interfederativo: Titular - Flamínio Guerra e Suplente – Dolores Colle. Com relação às
233 indicações para a Fundação Renova, a Srta. Luciane propôs reconduzir os membros
234 anteriormente indicados. Após discussões, as indicações ficaram como segue: 1)
235 Conselho Consultivo da Fundação Renova: Carlos Sangália, Hernani Santana, João
236 Lages, José Rivelli (Continua até nova plenária do CBH-Piranga) e ASPEA (Vai indicar o
237 representante); 2) Conselho Curador da Fundação Renova: José Ângelo Paganini. Para o
238 Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão, ficou definido: Minas Gerais –

Ata aprovada em reunião no dia 25 de abril de 2018

239 Poder Público: SEDA, Usuários: Será consultado por e-mail e Sociedade Civil: Sindicato
240 Metabase de Itabira. Espírito Santo – Os representantes do Poder Público e Usuários serão
241 consultados por e-mail, Sociedade Civil: Instituto Terra. Ao final, o Sr. Luiz Cláudio, da
242 VALE, registrou sua abstenção em todos os itens 10 e 11 da pauta. As demais indicações
243 ficaram como segue: Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas: Felipe Benício
244 Pedro e Celeste Stoco; Fórum de Comitês Interestaduais: Luciane Teixeira Martins;
245 Conselho Consultivo do Monumento Estadual do Pico da Ibituruna: Titular – ASPEA e
246 Suplente – Sindicato Rural de Ipaba. A comissão eleitoral para o processo complementar
247 do CBH-Doce será definida na próxima reunião. O Sr. Gisleno solicitou que seja verificada
248 a representação do comitê no COPAM. Não havendo outros assuntos, a reunião foi
249 encerrada às 17h00. Assinam esta ata:

250

Luciane Teixeira Martins

251

LUCIANE TEIXEIRA MARTINS
Presidente do CBH-Doce

252

253

254

255



256

257

258

JOÃO LAGES NETO
Secretário Executivo do CBH-Doce